

(aviso: nas perguntas falam de escolas profissionais e tecnológicas, só devem falar das escolas profissionais, isto fica confuso, porque há umas dez escolas, ligadas ao Ministério da Economia, que se chamam tecnológicas, que são muito diferentes das escolas profissionais)

Respostas:

1. Os cursos que as escolas profissionais oferecem continuam a ser muito importantes, volvidos vinte e um anos desde a sua criação. Sobretudo porque contribuem para a motivação e para a realização pessoal de muitos milhares de jovens portugueses. Essa é a sua mais importante razão de ser. Vi muitos destes jovens, muito desmotivados em relação à continuação de estudos e mesmo em relação à vida e ao futuro, ganharem nova coragem e força de viver ao aderirem a estes cursos e que hoje são profissionais muito realizados e melhores pessoas.
2. Claro que a criação dos cursos profissionais também qualifica os jovens numa dada área do saber técnico e profissional, ao mesmo tempo que se desenvolvem globalmente como pessoas. Assim sendo, os cursos devem conter alguma articulação com os mercados de trabalho. No entanto, com a mobilidade que se está a gerar no mundo e no trabalho, as escolas profissionais estão a dar-se conta de que qualificam para a vida e não apenas para o mercado local de trabalho. E o que vai ser e onde vai decorrer cada vida laboral, os próximos cinquenta anos de exercício profissional, destes jovens? Não se sabe. Por isso, a qualificação não deve estar cegamente dependente apenas de solicitações locais, mas da leitura das tendências dos mercados de trabalho, em geral. Temos de estudar, ler sinais, apontar e cruzar tendências e modos de ver, estar atentos a economistas e sociólogos, mas também a filósofos e escritores...
3. Não, nunca o quiseram ser e nunca o foram. Partem de pressupostos muito diferentes: não são as escolas para os pobres e para quem não pode ir para o liceu, para quem tem de ser “seleccionado” aos dez anos de idade; são escolas que oferecem oportunidades mais completas de desenvolvimento humano, contando os seus planos de estudo, além da formação técnica específica, com uma formação sociocultural e científica, devidamente adequadas; são escolas onde os alunos são pessoalmente apoiados e onde a progressão de estudos se faz por módulos (pequenos conjuntos de aprendizagens que têm de ser alcançadas por todos) e não por disciplinas anuais; são escolas abertas ao mundo e não pretendem reproduzir dentro de si os modelos fabris, industriais e antigos.
4. Bati-me pelo alargamento dos cursos profissionais aos jovens que frequentam as escolas secundárias. Se esta modalidade de formação tem mais sucesso e tem provas dadas, então porque não criar outras oportunidades para mais jovens a poderem frequentar? Mas sempre disse que esse passo teria de ser dado com o maior cuidado, pois uma escola secundária e uma escola profissional são instituições muito diferentes, não basta querer dar esse passo. Não é assim tão simples reproduzir, numa escola secundária, o “ethos” de uma escola profissional, desenvolvido através de um árduo trabalho ao longo de vinte anos, sendo além disso, desde a sua origem, uma instituição que nasceu muito diferente, com outra marca educacional. Alargar o ensino profissional é

bom, desde que se salvaguardem as condições do seu sucesso, que são, em grande parte institucionais. O fato faz o monge, diz o povo!

O que acontece é que o ME, desde 2005, tomando por base uma experimentação que se estava a realizar, disparou a criação destes cursos nas escolas secundárias, impondo a sua abertura a torto e a direito, em antigos liceus (que nunca deixaram culturalmente de o ser) e em escolas novas com ensino secundário e sem qualquer cultura de ensino profissional, sem qualquer programa de formação dos directores e dos docentes, sem programa publicamente debatido e escrutinado de equipamentos e instalações para tão grande número de cursos.

Invoca-se a urgência. Mas os “salvadores da pátria”, que agem sob o signo da urgência, dificilmente percebem que ninguém salva ninguém, que são as pessoas e as instituições, com os seus problemas e as suas potencialidades, que fazem o caminho (por mais leis que digam que deve ser assim ou assado, que têm de seguir este caminho ou aquele)!

Há muitas escolas secundárias que estão a fazer um bom aproveitamento desta oportunidade de ampliação das suas ofertas educativas. Mas a maioria está, com os cursos profissionais que lhes impuseram, a criar “caixotes do lixo” para onde empurra os adolescentes e jovens com mais dificuldades de aproveitamento escolar até ao 9º ano. Aquilo a que chamamos ensino profissional em Portugal não é isto e tem vinte e um anos de provas dadas. Era possível e fácil ter sido percorrido outro caminho. Este está a gerar a descredibilização do ensino profissional, mais do que a sua credibilização como percurso escolar de qualidade para qualquer jovem. E isso é grave, muito grave, porque estamos a andar para trás.

Além disso, como não se cuida com precaução da integração da rede local de ofertas de educação e formação para quem termina o 9º ano, acontece que, em várias localidades, a abertura de cursos profissionais em escolas secundárias, quando eles já existiam em escolas profissionais da mesma localidade, são sinais claros de que o ME (que tutela ambas as redes) quer destruir o ensino profissional, a médio prazo. Como disse, o caminho podia ter sido bem diferente (e ainda pode).

5. Sim, a equipa que o desenhou na altura, creio que nunca se arrependeu em nada do caminho percorrido. Estudamos muito bem o problema, entre 1985 e 1989, avaliamos o que se estava a passar com o “ensino técnico-profissional”, criado em 1983, avaliamos os prejuízos causados com a eliminação, pura e simplória, do antigo “ensino técnico”, em 1977, estudamos o que se tinha passado em outros países com os respectivos ensinos profissionais, fizemos vários inquéritos a muitos milhares de jovens do 9º ano, cujos resultados divulgamos, estudamos bem o perfil cultural dos portugueses e das suas instituições e apostamos em algo inovador e que rompeu com os modelos instalados. E vingou, está à vista de todos, em mais de duzentos locais do país. Apesar de ter sido muito desleixado, durante dez anos, o apoio às escolas profissionais, elas estão felizmente bem vivas, a precisar de se regenerarem e inovarem, para responderem cabalmente a novos desafios culturais e sociais que hoje já são diferentes.

Mas, infelizmente, as tendências, desde 2000, vão no sentido de descaracterizar estas escolas, no que elas têm de específico, para as aproximar do modelo geral e fabril. Não percebo estas políticas, mas é que se tem passado.

6. A Escola Profissional da Zona do Pinhal sempre foi uma das que, ao longo destes anos, referi como um exemplo a seguir. Uma subregião com muitas dificuldades, em termos de recursos e acessibilidades, viu, em 1990, as suas instituições unirem esforços, juntarem-se e criarem uma escola profissional inovadora, que abalou vários concelhos vizinhos (hoje abarca também Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos). Volvidos vinte anos, a vida social local já não é como antes. Vejam as diferenças, elas são muitas, anotem-nas e descrevam-nas em narrativas de esperança. A qualidade de vida é melhor, a realização pessoal de muitas pessoas é hoje uma realidade visível, o progresso sociocomunitário é claro. Os Directores, os Professores e os Promotores da Escola Profissional da Zona do Pinhal, os seus Alunos e os Pais que apostam nela para a educação dos seus filhos, estão todos de parabéns. É assim que se faz um país melhor, com pessoas melhores! Com o esforço das instituições e das pessoas de cada região, com muita persistência e resistência às adversidades, sem estar à espera que a salvação chegue por via governativa, mas fazendo, com as nossas mãos, porventura um pouco sujas e frágeis, um presente melhor e um futuro aberto de esperança.

Joaquim Azevedo

Professor Catedrático da Universidade Católica

Membro do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Económico e Social